



## Do centro à periferia:

### “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre

(1951-1973).

Rodrigo de Azevedo Weimer\*

Fundação de Economia e Estatística – FEE – RS

Núcleo do Observatório das Metrópoles – Porto Alegre

e-mail: rodrigo.weimer@fee.tche.br

#### Resumo

O presente *paper* enfoca a relação entre o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre entre 1951 e 1973 e o papel das “vilas de malocas”. Trata-se de bairros populares caracterizados pela precariedade das habitações, dificuldade no acesso à titulação legal e à infraestrutura urbana. Sua relevância tem sido subdimensionada nos estudos a respeito do período, e mesmo acerca da urbanização da capital. Através de relatórios, depoimentos orais e jornais, aborda-se o processo de periferização de sua população, por meio de atos de coerção econômica ou extraeconômica. À medida em que a cidade crescia, os moradores das “vilas” eram arrastados para lugares cada vez mais distantes; os deslocamentos implicaram (e implicam) no afastamento dos locais de trabalho, gastos elevados com transporte público, além de outros inconvenientes. Os moradores das “malocas” desempenharam um papel “pioneiro”, viabilizando o mínimo de estrutura urbana em regiões de onde posteriormente seriam expulsos, por meio de suas lutas e reivindicações por água, luz, escolas, policiamento, calçamento e outras condições básicas. À medida que a especulação imobiliária se demonstrasse interessada nas áreas por eles habitadas, contudo, eles costumavam ser expulsos, deixando para trás esse “patrimônio infraestrutural” por eles conquistado, instalando-se em áreas onde teriam que “começar do zero” e onde não tinham relações solidárias de vizinhança e sociabilidade. Dessa forma, entende-se que não há como pensar os processos de metropolização sem levar em conta o papel desempenhado pelos mais pobres. Esse processo segue em curso, assim como os mecanismos de estigmatização que produziram sua segregação e justificaram remoções.

Palavras-chave: “malocas”, desenvolvimento urbano, periferização

#### Introdução

Ao longo do século XX, as metrópoles brasileiras acompanharam o surgimento e crescimento de núcleos de habitações precárias para setores populares. Essas comunidades

---

\* Agradeço ao meu colega Álvaro Antonio Klafke e ao bolsista Vinícius Reis Furini pelas ideias trocadas e pela pesquisa compartilhada.

geralmente tinham situação fundiária frágil. Elas passaram por processos de expulsão para áreas afastadas, por meio de coerção econômica ou extraeconômica. Com isso, as “vilas de malocas” de Porto Alegre tiveram importante papel no crescimento urbano. A expansão da cidade se deu sobre as áreas ocupadas pelos mais pobres, instalados em territórios cada vez mais distantes.

A narrativa corrente sobre a origem dos núcleos de pobreza não tem sido suficientemente discutida. Ela é aceita como autoevidente e assim é naturalizada. Acredita-se que o “êxodo rural” teria trazido grande número de desvalidos às urbes, sobretudo ex-escravos – o que explicaria o predomínio negro nas periferias. Contudo, problematizo essa abordagem por ela ignorar que muitos egressos do cativeiro permaneceram no campo, formando um campesinato negro (RIOS e MATTOS, 2005; WEIMER, 2016). Além disso, desde o século XIX havia um efetivo de pobreza urbana cujo papel não pode ser ignorado. Assim, para além das migrações rurais e dos egressos do cativeiro, havia uma pobreza “nativa” da cidade que, se em boa parte era composta por forros, tem sido negligenciada em muitas interpretações a respeito do surgimento das “vilas”.

Segundo Pesavento (1994, p. 83-113), a população pobre na década de 1890 encontrava-se em porões e cortiços na zona central. A República disciplinou o espaço urbano, por meio de despejos: a moradia popular era considerada “nociva à moral pública”. As expulsões se justificavam por discursos moralizantes, de saneamento e estética. Os pobres foram direcionados a “zonas afastadas, suburbanas”, os “arrabaldes”, muitas vezes alagadiços. Nauber da Silva (2010) identificou, em fins da década de 1920, o início das primeiras “malocas” em áreas suburbanas a partir da omissão de políticas de Estado para a construção de moradias para o operariado.

Por meio de histórias de vida e trajetórias de remoções, verificarei como a população pobre/negra foi “empurrada” para áreas periféricas. Os marcos cronológicos são 1951-1973, anos de estudos da municipalidade sobre as “malocas” (MENEGETTI, 1951; JORGE, 1973). Os relatórios não serviram apenas como tentativas de conhecer, mas de disciplinar e controlar (VALLADARES, 2005, p. 54).

Os senhores Luís Carlos da Silva e Alurino da Silva descreveram um itinerário de afastamento das áreas centrais e moradia em periferias mais afastadas. O primeiro instalou-se na região então conhecida como Mato Sampaio (zona leste de Porto Alegre), em 1962, aos 28 anos.<sup>1</sup> Ali foi morar porque recebia um salário muito pequeno como policial. Tinha sete filhos

---

<sup>1</sup> Entrevista com Luís Carlos da Silva, realizada em 11/11/1996 na vila Nossa Senhora de Fátima. Acervo Memória dos Bairros, Bom Jesus, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

e “as contas foram aumentando”, de modo que habitar uma vila popular revelou-se uma boa alternativa, já que ali não necessitava pagar aluguel. Quando chegou, já havia muitos moradores despejados da vila “Caiu do Céu”, “tirada” no início dos anos 50.<sup>2</sup>

No segundo exemplo, Alurino foi morar na Lomba do Pinheiro em 1970. Ele saiu da vila Santa Luzia, no Partenon, definitivamente removida em 1973. Diante de repetidas ameaças de despejo desde os anos 1950, ele procurou ser previdente, antes de ser expulso. Adquiriu um terreno na Lomba para sua família: “só que a gente preferiu morar no que é da gente, né”. “Então foi esse o motivo da gente, até eu sair, no momento que eu saí da vila”.<sup>3</sup>

Esses fragmentos de trajetórias de populares evidenciam, primeiramente, a precariedade de projetos de ascensão social (o que seria denominado por Claudia Fonseca, 2000, como “vida em sanduíche”), sobretudo em contextos de iminente despejo. Os deslocamentos espaciais compulsórios são a outra face da instabilidade de sua ocupação espacial. Isso ajuda a entender, também, os mecanismos pelos quais a cidade expande suas fronteiras colocando os pobres em uma linha de frente na qual frequentemente não conseguem se fixar por mais de uma geração.

Deslocamentos desta natureza são bastante arbitrários, já que contaram – e contam – com a oposição dos moradores, obrigados a afastar-se dos locais de trabalho e gastar mais com transporte público. São jogados, ademais, em crescentes dificuldades para praticar o pequeno comércio e a coleta de papéis e outros materiais recicláveis. Além disso, forma-se um círculo vicioso, já que novos despejos se sucedem na medida em que a cidade cresce. Pode-se dizer que frequentemente as “vilas de malocas” cumprem um papel pioneiro na ocupação da cidade, pois a partir do momento em que eventualmente obtêm o acesso à infraestrutura básica – luz, água, saneamento, urbanização – é chegada a hora de abandonar suas casas e direcionar-se a outros lugares designados pelo poder público.

A análise será realizada em três momentos. Inicialmente, enfocando fluxos descritos pelos despejos entre algumas “vilas”, de tal forma a perceber lugares de partida e de destino, situando-os em sua historicidade. Para isso, toma-se algumas “vilas” como exemplares. Investigarei a progressiva periferização dos bairros de habitação popular, acompanhando a dinâmica de algumas remoções. As principais fontes são os relatórios produzidos pelo poder

---

<sup>2</sup> Localizava-se no bairro Medianeira, no entorno do antigo estádio Olímpico, do Grêmio Futebol Porto-Alegrense. A “vila” foi expulsa para a construção do estádio. Atualmente, ocorre processo assemelhado de reassentamentos no entorno do novo estádio, a Arena, no bairro Anchieta.

<sup>3</sup> Entrevista com Alurino da Silva, realizada em 19/1/1999 na Lomba do Pinheiro. Acervo Projeto Memória dos Bairros, Lomba do Pinheiro, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

público municipal, seja o apresentado, nos anos 50, pelo prefeito à Câmara de Vereadores (MENEGETTI, 1951), seja estudo sobre “malocas” de 1973 (JORGE, 1973).

O sociólogo Aldovan Moraes (2011), do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre (DEMHAB), realizou um importante levantamento, em jornais e atas da Câmara de Vereadores sobre os destinos dados às diferentes “vilas de malocas”, existentes ou extintas, coincidindo a abrangência de seu estudo com aquele que foi aqui selecionado. Esse estudo prévio facilitou em muito o levantamento aqui apresentado. Através de alguns exemplos, pretende-se demonstrar a circulação populacional entre as “vilas” e, mais do que isso, o movimento centrífugo que acompanhou o processo.

Em um segundo momento procurarei me aproximar da percepção dos moradores sobre os processos que levaram-nos às periferias, seja por meio de coerção econômica ou extraeconômica. Os depoentes também costumaram falar sobre as condições encontradas no momento de chegada. Esse levantamento e interpretação contarão com entrevistas realizadas entre o fim dos anos 1980 e meados dos 2000, por meio do projeto “Memória dos Bairros”, conduzido pela Prefeitura Municipal no período mencionado. Sua transcrição está disponível no Arquivo Histórico de Porto Alegre. Por fim, apresentam-se de forma breve os estigmas historicamente impostos à população das “malocas” de modo a constituir e justificar sua periferização. Observamos os jornais Correio do Povo e Diário de Notícias entre as décadas de 1940 e 1960 e, ainda, um depoimento oral.

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre se deu por ondas concêntricas – o mapa da cidade assemelha-se a um leque, ou semicírculo, em cujo vértice situa-se a península onde se localiza o Centro Histórico. O crescimento espacial acompanha impulsos em torno deste centro, e à medida que a cidade cresce, as “vilas” são “empurradas” para áreas mais afastadas, e isso ocorre sucessivamente. Esse processo não é linear, já que alguns logram permanecer em áreas de menor valorização no mercado imobiliário. Todavia, o movimento centrífugo dos mais pobres é tendencial e, a longo prazo, contínuo.

Não se analisa, nesse momento, a composição racial das “vilas de malocas”, apesar de da importância fundamental do tema. Ocorre que raras fontes compulsadas contêm essas informações, de tal modo que sobre elas paira um eloquente silêncio – a negritude dos moradores era de tal forma naturalizada que sequer se via necessidade de referências ao assunto. Dados preliminares, contudo, levam à relativização dessa “verdade inquestionada”. Mas isso não é assunto para esse artigo.

### **Afastar-se do centro**

Os habitantes da rua São Jorge (4,5 km do centro da cidade)<sup>4</sup>, arrolados em relatório da prefeitura em 1951, foram removidos para a vila Dona Teodora (5,3 km), em suas cercanias, na divisa entre os bairros de Humaitá e Navegantes, em 1953. Em 1958 parte da população da vila de destino foi despejada para o Passo das Pedras, região muito mais distante na Zona Norte da capital (10 km), isto é, praticamente o dobro da distância do centro histórico. No início dos anos 70, novas remoções na Dona Teodora: para os loteamentos Restinga Nova (16 km), e Restinga Velha (17 km), no extremo sul da capital e para o Passo do Feijó, no município vizinho de Alvorada (14,3 km). (MORAES, 2011, vol. 1 p. 291, 296, 304, 306, 315, 316).

A vila Maria da Conceição (5,2 km), no Partenon, zona leste da capital, também recebeu moradores originários de diversas “vilas de malocas” das zonas centrais da cidade: da Doca das Frutas, situada no centro (1952); vila Caiu do Céu (1951); vilas D.T.O. e dos Eucaliptos, à margem do Arroio Dilúvio (1956, 2,2 km e 2,4 km). Em 1962 chegou a vez da vila Forno do Lixo (2,7 km), situada na altura da rua Santana. Diante da chegada dos novos moradores ao bairro, uma liderança local afirmou em 1957 que a região “tornou-se de um momento para outro um verdadeiro inferno”; motivo pelo qual considerava que “a solução para a vila Maria da Conceição era derramar querosene e por fogo”. Em 1971, parte dos domicílios foi transferida para a Restinga Velha (MORAES, 2011, vol.1, p. 544, 547, 551, 555, 560).

Esses detalhados exemplos demonstram que, considerando as “ondas” de expulsões das décadas de 1950 e 1970, é perfeitamente factível, embora não tenhamos encontrado algum caso específico, que um indivíduo ou família tenha sido removido ou ameaçado de remoção pelo menos duas vezes no intervalo de uma vida. Essa instabilidade, a insegurança produzida pela iminência do despejo, produzia restrições à cidadania, já que o Estado julgava-se no direito de dispor dos locais de habitação dos moradores das “malocas” à revelia de sua vontade. Viver nessa corda bamba era viver em meio a incertezas, que dificultavam planejamentos econômicos e de vida de mais longo prazo.

Os deslocamentos realizados ou propostos colocavam os habitantes como peões no grande jogo de xadrez do planejamento urbano e da especulação imobiliária. Esses processos, entretanto, não se deram sem resistência. Por exemplo, em 1958 os moradores da Dona Teodora se insurgiram contra a reintegração de posse que dali os tiraria (MORAES, 2011,

---

<sup>4</sup> Distância aproximada, como as subsequentes, obtidas por ferramenta do sítio <https://www.google.com.br/maps/>. O cálculo das distâncias é aproximado, já que as “vilas” se estendem por uma área quadrada, e não se concentram em um ponto específico. A distância é linear. Certamente acompanhando o traçado das ruas o caminho seria muito mais extenso.

vol.1, p. 302). Na Maria da Conceição não apenas houve rejeição ao traslado para a Restinga, como a vila acabou por servir como “ponto de acolhida para habitantes de outras vilas irregulares que não aceitam ser removidos para a Restinga Velha” (MORAES, 2011, vol.1, p. 555). Em fevereiro de 1955, um morador da vila D.T.O. ateou fogo a seus pertences, como protesto diante da chegada de um caminhão que tencionava removê-lo para o Mato Sampaio. (MORAES, 2011, vol. 1, p. 593).

As “vilas” onde eram reassentadas as vítimas de remoções eram progressivamente mais afastadas do centro, como vemos a partir das distâncias lineares aproximadas expressas ao longo desses itinerários: um morador da vila São Jorge, de 4,5 km de distância do centro da cidade, poderia ter sido deslocado em 1953 para Dona Teodora (5,3 km), e dali para a Restinga Velha (17 km) em 1971; ou então um da Forno do Lixo (2,7 km) trasladado em 1962 para a Maria da Conceição (5,2 km) e na sequência para a Restinga em 1971.

Jorge (1973, p. 11) apresenta dados demonstrativos do crescimento da população favelada para além de sua dispersão geográfica. Se em 1951 os moradores das “malocas” correspondiam a 3,89% da população da cidade, em 1965 já atingiriam 9,83% e, em 1972, 10,67%. No que toca à taxa de crescimento, tomando a população em 1951 como parâmetro = 100, a de Porto Alegre “sem favelados” seria de 220,0 em 1972, e apenas dos “favelados”, 649,2. Dessa maneira, pode-se perceber o cabal fracasso das políticas de remoção: apesar de sua intensidade e violência, a população das “malocas” teve crescimento substancialmente superior à do restante da capital.

Os relatórios de Meneghetti e Nelson Jorge quantificam o número de casas em cada núcleo, permitindo verificar o número de habitações nas áreas centrais<sup>5</sup> e periféricas no intervalo de vinte anos. Em 1951, das 4.173 moradias levantadas, 2.295 (55%) encontravam-se nos bairros aqui identificados como centrais, e 1.878 (45%) nos periféricos, afora 597 remoções executadas naquele ano. Apenas em 1951, assim, foram removidas cerca de 12% das “malocas” da cidade. Os aglomerados no “miolo” da região central eram de pequenas dimensões. Os grandes eram nos bairros Santo Antônio (Santa Luzia, 714 casas), Marcílio Dias (Zona Litoral, 481), Menino Deus (DTO, Ilhota e Eucaliptos, com 359, 260 e 109, respectivamente) e Medianeira (Caiu do Céu, 96). Se são regiões “centrais” nos parâmetros atuais, se localizavam, na ocasião, já a caminho da periferia da cidade.

---

<sup>5</sup> Entende-se, aqui, por áreas centrais Centro, Praia de Belas, Cidade Baixa, Farroupilha, Bom Fim, Independência, Floresta, Marcílio Dias, Menino Deus, Azenha, Santana, Santo Antônio, Medianeira, Rio Branco, Santa Cecília e Moinhos de Vento.

A partir das tabelas apresentadas por Jorge (1973), contabilizei a presença de 20.161 moradias de “vilas de malocas” no início dos anos 70. Convém assinalar que apenas 1.574 localizavam-se nos bairros centrais. Há alguma diminuição absoluta, mas uma radical retração em termos relativos. Se antes estas correspondiam a 55%, agora eram 7,8%. Já nas periferias tínhamos 18.587 moradias, equivalentes a 92,2% do total. Os dez maiores núcleos, com mais de 500 moradias eram em locais afastados e/ou isolados, como Rubem Berta, Sarandi, Restinga, Santa Tereza...

Em suma: os pobres foram varridos da região central da cidade – e não apenas pela Ditadura Militar. Continuam sendo. São contornos que delineiam a vida de parte da população da capital. O trajeto oposto não era permitido. Em 1963, moradores da vila Santa Rosa (12,6 km), no nordeste da capital, na divisa com Alvorada, solicitaram serem trazidos para a vila Dona Teodora, que contava com melhor infraestrutura básica. Esse benefício, contudo, não lhes foi concedido (MORAES, 2011, p. 310). Isso dá destaque a ponto desenvolvido a seguir: as áreas ocupadas pelos pobres passam a tornar-se atrativas no processo de crescimento urbano a partir das melhorias obtidas pela luta e pressão dos moradores sobre os órgãos competentes. Por vezes algumas melhorias eram procedidas pelo poder público, não na intenção de favorecer os moradores, mas de valorizar os terrenos e criar as condições para um futuro despejo. Vejamos o que aconteceu na vila Dona Teodora:

Com a construção de um dique em 1969 (como parte das primeiras intervenções) a área passou a ter proteção contra as frequentes enchentes. Essa nova situação deu algum valor comercial àquelas áreas ocupadas por malocas, até então inundáveis, justificando novos investimentos para equipar a área com uma boa infraestrutura e, assim, atrair novas indústrias para estes locais. Assim, muitos investimentos se seguiram: foram abertas várias avenidas, obras de saneamento, lazer (praças e parque) e, também, a instalação de equipamentos públicos. A área adquiriu um novo status e teve, assim, aumentado consideravelmente seu valor. Além da erradicação via forças de mercado, a remoção direta pelo uso da força (a partir da metade dos anos 1960 até o início dos anos 1980), ação de despejo, persuasão e negociação (especialmente a partir dos anos 1980), estiveram entre as várias iniciativas utilizadas para promover a erradicação dos moradores de baixa renda vivendo em assentamentos irregulares em “Dona Teodora”, cada alternativa predominando de acordo com as especificidades do momento político (FURTADO, 2014, p. 354)

A Restinga, destino da maior parte das remoções na década de 1970, corresponde a projetos de expulsão dos pobres de áreas centrais para loteamentos projetados muito afastados, onde supostamente encontrariam melhores condições de vida. Embora existissem pretensões nesse sentido desde a primeira metade dos anos 1960 – na capital do Rio Grande do Sul, por parte da Igreja –, quem de fato as levou a cabo foi o regime ditatorial. Seu exemplo mais cabal é a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (ZALUAR, 1985). Em Porto Alegre ou no Rio, o resultado dessa política foi um verdadeiro fracasso, já que não se atacou –

e não se pretendia atacar – o racismo, a pobreza e os estereótipos em torno da “maloca”/“favela”. O que ocorreu, efetivamente, foi uma favelização da Cidade de Deus e da Restinga que, assim, reproduziam características dos bairros originais. Não se garantiu condições de acesso a um exercício mais efetivo de cidadania. A política de remoção acabou por reforçar uma realidade a que pretendia dar cabo.

“Vilas intermédias”, como Dona Teodora, Mato Sampaio e Maria da Conceição – intermédias na distância do centro e na temporalidade das remoções – foram bastante funcionais aos interesses do poder público municipal, na medida em que acolheram moradores de regiões centrais dos quais o Estado pretendia “livrar-se”. Assim que a cidade cresceu, porém, elas se tornam um “obstáculo”. A ameaça de incêndio ocorrida na vila Maria da Conceição felizmente não foi levada a cabo. No entanto, em 2008, cinquenta anos após, a vila Dona Teodora foi parcialmente consumida pelas chamas. Hoje, e desde a década de 1960, passa por um acentuado processo de gentrificação, por meio de intervenção direta do Estado (FURTADO, 2014), com a desocupação das “malocas” e a tomada do bairro pela classe média e pela burguesia industrial e comercial (fábricas e depósitos). A permanência de muitos se inviabilizou devido ao elevado valor dos aluguéis. A Maria da Conceição insiste apesar de ameaças. O mesmo pode ser dito do Mato Sampaio.

O vereador José Cesar de Mesquita, edil pelo MDB, observou, em 1973, de forma muito pertinente e sintética de uma percepção de contemporânea assemelhada à nossa: “O DEMHAB não resolve problemas, mas transfere problemas de um local para outro, simplesmente transfere as malocas de um lado para outro. (Moraes, 2011, vol 2, p. 555)”.

### **Ir à periferia**

Os depoimentos acessados pela pesquisa no acervo do projeto “Memória dos Bairros” evidenciam a percepção dos moradores sobre como chegaram ao bairro onde vivem hoje. As entrevistas não foram feitas por mim, e sim por pesquisadores com outros interesses e indagações. As entrevistas foram realizadas por estudiosos ligados aos governos do Partido dos Trabalhadores na prefeitura municipal. Elas tinham como mote estimular a participação popular e atrair moradores para o Orçamento Participativo. É visível que muitas vezes elas se tornavam inventários de carências dos bairros, e é clara a expectativa dos entrevistados de que por meio do questionário suas demandas poderiam encontrar resolução.

Ainda assim, as entrevistas contêm um espaço de imponderabilidade: elas dão a entender mais do que o pesquisador e o pesquisado tencionavam. Nesses interstícios, houve espaço para apreciar minhas questões. Geralmente no início das entrevistas, havia

considerações sobre a chegada ao bairro, embora raramente suficientemente desenvolvidas. De todo modo, temos a oportunidade valiosa de acessar o depoimento de uma senhora que tinha 96 anos em 1991. Mesmo que intermediada por outros questionários, a senhora Ema Kapla da Silva, moradora da Grande Santa Rosa, dá conta dos constrangimentos econômicos que a levaram a estabelecer-se ali.

Entrevistador – Por que que a senhora veio aqui pra Santa Rosa?

Ema Kapla da Silva – Eu vim porque fiquei mal de vida. Eu trabalhava muito. Eu morei na Quinta Zona Aérea, depois fui abrir um bar lá na Augusto Severo, na, na Sertório, na esquina da Augusto Severo lá embaixo. Lá nós fomos mal e fiquei mal de vida, perdi tudo que tinha. Então me obriguei a procurar uma vila popular. Daí aonde o fiscal me colocou aqui.

[Entrevista com Ema Kapla da Silva, realizada em 3/6/1991 na vila Santa Rosa. Estabelecida na vila em cerca de 1960. 86 anos na ocasião da entrevista. Acervo Memória dos Bairros, Grande Santa Rosa, Arquivo Histórico de Porto Alegre]

Percebe-se que estabelecer-se em uma “vila popular” era vista como a pior das alternativas, algo a que “teve que se obrigar” pela necessidade. A moradia na Santa Rosa é percebida como indesejada contingência, não como opção. Como vimos, algumas vezes esse afastamento das áreas centrais era forçado, e isso também aparece nas falas dos entrevistados.

João Assunção Moraes – [...] ali tinha a vila dos Eucaliptos, não sei se o senhor lembra? [...] Eu morava do lado.

Entrevistador – O senhor morava ali do lado?

João Assunção Moraes – E aí, quando foi lá, um belo dia apareceu... Os caminhões da Prefeitura, uns dez, doze caminhões da Prefeitura pra arrastar toda aquela favela lá.

[Entrevista com João Assunção Moraes, realizada em 28/11/1996 na vila Nossa Senhora de Fátima. Estabelecido na vila em 1955. 66 anos na ocasião da entrevista. Acervo Memória dos Bairros, Bom Jesus, Arquivo Histórico de Porto Alegre]

O senhor Almerindo Ferreira da Silva, morador de Jenor Jarros, na vizinhança da vila Santa Rosa, apresenta a mudança de endereço como “de seu interesse”, mas situou esse interesse em um contexto de remoções forçadas. Era originário da Vila Floresta. Sua fala demonstra que os “populares” estavam plenamente cientes do processo por eles enfrentados:

Almerindo Ferreira da Silva – Os interesses porque da época da Santa Rosa quando foi fundada... vou... começar por aí. Ela foi fundada em 20 de setembro de 1961. Então naquela época trouxeram um grande número de gente da Ilhota, da, da Areia. *E enfim desocuparam aquelas vilas centrais de, de, de centro de Porto Alegre.* E aí foi aonde eu consegui um terreninho. Na Santa Rosa e vim morar. Morei, criei minha família, toda na Santa Rosa, casei, casaram as filhas na Santa Rosa. E depois as filhas conseguiram um apartamento aqui, eu vendi meu terreno na Santa Rosa e vim aqui. Com elas.

[Entrevista com Almerindo Ferreira da Silva, realizada em 1992 na Grande Santa Rosa. Estabelecido na vila em 1960. 58 anos na ocasião da entrevista. Acervo Memória dos Bairros, Grande Santa Rosa, Arquivo Histórico de Porto Alegre. Destaque meu.]

Há outro relato de despejo de um senhor que chegou ao Mato Sampaio em 1955:

Mário dos Santos – Eu vim residir aqui porque foi aí, ham, nós fomos mudados da Diretor Pestana aí, então como, uma área assim, que era uma área assim que não, não tinha habitação. Então eles, a Prefeitura tirou nós de lá, né. Tirou os pais e as mães e a gente veio junto, então a gente veio morar aqui. Naquela época era difícil, não tinha luz, não tinha... Tinha uma cerca que separava assim, uma, um determinado local, e o resto pra cá pro lado do Pinto, pro lado da Divineia, era só campo, até o Riacho, até o Carrefour.

[Entrevista com Mário dos Santos, realizada em 29/1/1997 na vila Nossa Senhora de Fátima. Estabelecido na vila em 1955. 46 anos na ocasião da entrevista. Acervo Memória dos Bairros, Bom Jesus, Arquivo Histórico de Porto Alegre]

Apesar dos depoimentos que referem uma ocupação daquelas regiões anterior ao estabelecimento das “vilas”, são muito comuns falas como a do excerto anterior: aqui só havia campo, ali só tinha mato. Os depoimentos sobre uma natureza indômita prévia à ocupação pelas “malocas” – o que inclui ausência de infraestrutura básica – possuem três dimensões. Há um óbvio aspecto político, que diz respeito à interlocução com entrevistadores que representavam a Prefeitura. Ali convergiam o interesse de inventariar as carências do bairro, da parte de uns, e de expressar suas necessidades, no caso de outros. Apresentar-se como desbravadores era também uma maneira de deixar claro tudo que ainda estava por ser feito da parte do governo municipal.

Além disso, é impossível não ressaltar o caráter histórico desses relatos, na medida em que referenciam experiências vividas. É evidente que ao chegar à Lomba do Pinheiro, à Restinga ou ao Mato Sampaio há algumas décadas, os despejados encontraram locais sem condições mínimas. Isso leva a uma terceira dimensão, mítica,<sup>6</sup> evidenciada pela regularidade com que o testemunho é apresentado. É uma representação coletiva, presente em várias “vilas”, inclusive, e não um relato individual. A Lomba do Pinheiro exemplifica essas recorrências discursivas: os senhores Flávio Figueiredo da Paz,<sup>7</sup> Madaleno Mendes Filho,<sup>8</sup> Maria Beatriz de Bortolli<sup>9</sup> e Neusa Silva dos Santos,<sup>10</sup> chegados ao bairro respectivamente em 1957, 1963, 1972 e 1983, descrevem o contraste entre um tempo pretérito, em que “não havia nada”, “tudo era campo ou mato” e os dias de hoje, que “é o paraíso” – tem luz, água, asfalto, saneamento. As representações, portanto, independem do ano de chegada, ou das condições encontradas, mas do papel em que os narradores se investem.

---

<sup>6</sup> De forma meramente instrumental, adoto aqui a clássica concepção lévi-straussiana acerca do mítico: uma narrativa a respeito do passado que possui eficácia permanente. Dessa maneira, um relato mítico possui uma dupla estrutura: sincrônica e diacrônica. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 237-265).

<sup>7</sup> Entrevista com Flávio Figueiredo da Paz, realizada em 1/6/1998 na Lomba do Pinheiro. Acervo Memória dos Bairros, Lomba do Pinheiro, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

<sup>8</sup> Entrevista com Madaleno Mendes Filho, realizada em 22/12/1997 na Lomba do Pinheiro. Acervo Memória dos Bairros, Lomba do Pinheiro, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

<sup>9</sup> Entrevista com Maria Beatriz de Bortolli, realizada em 18/2/1998 na Lomba do Pinheiro. Acervo Memória dos Bairros, Lomba do Pinheiro, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

<sup>10</sup> Entrevista com Neusa Silva dos Santos, realizada em 30/7/1998 na Lomba do Pinheiro. Acervo Memória dos Bairros, Lomba do Pinheiro, Arquivo Histórico de Porto Alegre.

A insistência em afirmar que “no princípio” só havia mato, empresta aos habitantes das “malocas” mais idosos um aspecto de “heróis civilizadores”, já que assumiram para si o papel da ocupação primordial. Também são presentes depoimentos sobre sua iniciativa para promover melhoramentos básicos e para pressionar o poder público para assumir a responsabilidade por proporcionar luz e água. A reminiscência daquele tempo é ambígua: um tempo de dificuldades, mas ainda assim, lembrado com nostalgia. Entendo que ao dizer que “aqui só tinha mato”, dizem também “isso aqui nos pertence”, porque foram eles que “domesticaram” para a cidade aquele pedaço de natureza. A cidade, no entanto, segue os expulsando.

### **Para concluir: alteridades condenadas**

No início do século XX os “casebres” foram expulsos das zonas centrais por critérios higiênicos, estéticos e moralizantes (Pesavento, 1994, p. 101). Essa perspectiva continuaria a encontrar eco na década de 1940. A estigmatização das “malocas” constituiu um poderoso instrumento para proporcionar sua marginalização e sua expulsão. De acordo com Valladares (2005) e também Gonçalves (2013), os estereótipos criam as condições para isso. Segundo Sandra Pesavento (1999), a linguagem de estigmatização atribui a condição de uma “alteridade condenada”. A autora exemplifica a assertiva por meio da análise semântica termos como “beco”, “cortiço”, “porão”, etc. Ela se detém também sobre o termo “maloca”:

elle avait, donc, les mêmes caractéristiques que les habitations de misérables de l'*urbs* : excessive occupation de l'espace, promiscuité, précarité des conditions de vie. D'un autre côté, l'association de l'endroits stigmatisés de l'*urbs* associe, donc, la pauvreté au danger et à la contravention, établissant encore une corrélation entre couleur du peau, condition sociale et comportement déviant. (Pesavento, 1999, p. 293)<sup>11</sup>

Cruzando temporalidades, aquela apreciação sobre as malocas possui uma latência que atravessou décadas. Um trecho de texto do Correio do Povo de 15 de janeiro de 1948 dava conta de parecer da Procuradoria Municipal que justificava sua demolição por motivações estéticas e higiênicas:

O problema das malocas, entre nós, tem sido estudado em todos os sentidos, já tendo merecido até um parecer, assinado pelos membros da Procuradoria Municipal, que consideravam perfeitamente legal qualquer medida do poder público no sentido de demolir aquelas habitações por diversas razões, entre as quais citavam a insalubridade, a falta de higiene e até mesmo de estética desses aglomerados. (Correio do Povo, 15 de janeiro de 1948. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

---

<sup>11</sup> “ela tinha, portanto, as mesmas características das habitações miseráveis da urbe: excessiva ocupação do espaço, promiscuidade, precariedade das condições de vida. Por outro lado, a associação dos locais estigmatizados da cidade associa, portanto, a pobreza ao perigo e à contravenção, estabelecendo ainda uma correlação entre cor da pele, condição social e comportamento desviante.” Tradução do autor.

No Diário de Notícias, na coluna “A Cidade” de 23 de maio de 1948, o cronista associava as “malocas” à vadiagem, a “postos de venda de líquidos” – certamente alcoólicos – que possuíam uma “maléfica influência no meio em que funcionam”. Eram, ainda, um atentado ao direito de propriedade privada – mesmo que ocupassem terrenos baldios, cuja não-utilização era condenada pelo próprio colunista. Sua argumentação veio no sentido de justificar o “deslocamento” de um número de 867 “malocas” de núcleo sito à Avenida João Pessoa e de prescrever a expulsão da vila “Caiu do Céu” – que em breve efetivamente ocorreu –, “talvez o maior núcleo maloqueiro de todo o país”. No entendimento do articulista, essas “humanidades insubmissas e inconvenientes [termos meus]” deveriam ser objeto de permanente vigilância e perseguição.

As representações negativas de “vilas de malocas” repercutiram no senso comum. Processadas pela experiência pessoal e pelo moralismo de uma vivência religiosa neopentecostal, o senhor “Augusto Dornelles da Silva” descreveu as vilas Areia e Teodoro como *loci* de alcoolismo e drogadição.

Entrevistador: E ali no Navegantes, era considerado vila de malocas? Porque na época se falava nas vilas de malocas.

Augusto Dornelles da Silva: Tinha, tinha. A tal de Areia. Tinha Teodoro. Não sei se tu já ouviu falar.

Entrevistador: Já ouvi falar na Teodoro.

Augusto Dornelles da Silva: Teodoro, Teodoro. Que ia sair lá na vila Farrapos, lá em cima. E era bastante agitado, ali sim, ali dava muito marginal.

Entrevistador: Ali tinha.

Augusto Dornelles da Silva: Ali tinha muito marginal, tinha dependentes químicos.

Entrevistador: Já tinha isso naquela época?

Augusto Dornelles da Silva: Mas, tinha.

Entrevistador: Mas era dependente químico de que, de álcool?

Augusto Dornelles da Silva: Não, não, dependente químico de maconha...

Entrevistador: Já tinha isso tudo.

Augusto Dornelles da Silva: Cocaína. É.<sup>12</sup>

Presentes no depoimento de um homem negro pobre, aqueles estigmas não eram apenas difundidos pelos meios de comunicação e consumidos pela população. Eles estavam em circulação e eram produzidos na interação social, por mais que a imprensa os amplificasse. Ninguém queria ser visto como “maloqueiro”, palavra até hoje altamente pejorativa no linguajar do gaúcho. O breve levantamento aqui realizado sugere que a classificação das “malocas” como um lugar carente de higiene, de estética, de segurança, não apenas contribuiu para justificar sua maior marginalização como a constituiu: da segregação simbólica se chegou a uma segregação física e espacial.

É chegada a hora de derrubar muros simbólicos que “condenaram essas alteridades” à subordinação e à marginalização, não apenas no plano das práticas e discursos socialmente

---

<sup>12</sup> Entrevista com “Augusto Dornelles da Silva” [nome fictício] em 19/11/2015.

disseminados, mas também no que tange ao silêncio historiográfico sobre elas, ao pensarmos a constituição da cidade. Se muito já foi feito no que diz respeito ao início do século XX, no que toca ao século que a partir dali se desenrolou se abateu um silêncio muito grande. Conhecemos bem a Ilhota, a Colônia Africana ou o Areal da Baronesa (KERSTING, 1998; MATTOS, 2000; ROSA, 2014); contudo, temos muito a aprender com a vila Santa Luzia,<sup>13</sup> a Maria da Conceição, o Mato Sampaio, a Santa Rosa e tantas outras.<sup>14</sup>

Se a administração pública do século anterior – e deste – costumou encarar as “malocas” como questão de habitação e higiene, está para ser melhor dimensionado o aspecto socioantropológico, pois as remoções representaram a intervenção arbitrária em territórios negros. A periferização das “malocas” é uma expressão do racismo de uma cidade e de um mercado imobiliário voraz. Mesmo que essa dimensão pouco apareça na documentação, evidente está que as periferias eram e são ocupadas por população negra em uma proporção muito superior à que ela tem no conjunto dos habitantes do Rio Grande do Sul. Designar as periferias como negras é um truísmo. Em suma, as “malocas” podem nos ensinar sobre o crescimento da cidade – e, extrapolando, das cidades brasileiras, de uma forma geral – e sobre a vida de sujeitos históricos frequentemente esquecidos pela historiografia referente ao século XX.

### **Bibliografia**

- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, vol. 16, n. 32, nov. 2014
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*. História e direito. Rio de Janeiro: Pallas e Editora da PUC-Rio, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil – Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. (Disponível on-line em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v1\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf); acesso em 23/1/2017)
- JORGE, Nelson. *Malocas*. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA/DEMHAB, 1973.

---

<sup>13</sup> Um raro estudo que dá a devida atenção à Santa Luzia é o da antropóloga e urbanista Vanessa Zamboni (2009).

<sup>14</sup> Valladares (2005, p. 144) destacou, a partir de levantamento bibliográfico, a escassez de estudos de historiadores a respeito das favelas.

- KERSTING, Eduardo Henrique de O. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre. A Colônia Africana (1890-1920)*. 1998. 221 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, A estrutura dos mitos In: \_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 237-265.
- MATTOS, Jane. “*Que arraial que nada, aquilo é um areal*”. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MEDEIROS, Laudelino. *Vilas de malocas (ensaio de sociologia urbana)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.
- MENEGHETTI, Ildo. *Relatório apresentado pela Câmara Municipal*. Porto Alegre, 1951. Arquivo Histórico de Porto Alegre.
- MORAES, Aldovan de Oliveira. *Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre*. Porto Alegre, DEMHAB, 2011, 2 volumes. Arquivo Histórico de Porto Alegre.
- PESAVENTO, Sandra. *Os pobres da cidade. Vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- \_\_\_\_\_. Lieux maudits: la ville de “l’autre” dans le sud du Brésil. Porto Alegre entre la fin du XIXe et le début du XXe siècle. *Information sur les sciences sociales*. Paris, vol. 38 n. 2, 1999.
- RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade. História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918)*. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SILVA, Nauber Gavski *Vivendo como classe. As condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os camponeses do Morro Alto*. Família e trabalho no litoral norte do Rio Grande do Sul no pós-Abolição (1890-1930). Porto Alegre: FEE, 2016. E-book. <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/20160129livro.pdf>. Acesso em 23/1/2017.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZAMBONI, Vanessa. *Construção social do espaço, identidades e territórios em processo de remoção*. O caso do bairro Restinga – Porto Alegre, RS. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

### **Fontes primárias**

*Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa*

Correio do Povo, 15 de janeiro de 1948.

Correio do Povo, 3 de agosto de 1948.

Diário de Notícias, 23 de maio de 1948.

*Arquivo Histórico de Porto Alegre – Fundo “Memória dos Bairros”*

Entrevista com João Assunção Moraes – Bairro Bom Jesus – Acondicionador 146

Entrevista com Luís Carlos da Silva – Bairro Bom Jesus – Acondicionador 146

Entrevista com Mário dos Santos – Bairro Bom Jesus – Acondicionador 146

Entrevista com Ema Kapla da Silva – Grande Santa Rosa – Acondicionador 148

Entrevista com Almerindo Ferreira da Silva – Grande Santa Rosa – Jenor Jarros – Acondicionador 150

Entrevista com Alurino da Silva – Lomba do Pinheiro – Acondicionador 156

Entrevista com Flávio Figueiredo da Paz – Lomba do Pinheiro – Acondicionador 156

Entrevista com Madaleno Mendes Filho – Lomba do Pinheiro – Acondicionador 157

Entrevista com Maria Beatriz de Bortolli – Lomba do Pinheiro – Acondicionador 157

Entrevista com Neusa Silva dos Santos – Lomba do Pinheiro – Acondicionador 157

Manuscritos de Cyro Martini